

Editorial

Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão,
Joaze Bernardino-Costa &
Fabrício Monteiro Neves*

* Professores do
Departamento
de Sociologia da
Universidade de
Brasília.

Este número de *Sociedade & Estado* foi organizado a partir de artigos oriundos do fluxo contínuo enviado à Revista, exceção feita ao artigo de Jeffrey Alexander. Os nove artigos e a resenha neste número notabilizam-se pela qualidade e pela variedade temática e geográfica dos seus autores e autoras. Embora não seja possível visualizar um eixo temático que permita construir uma conexão entre os artigos a seguir – e nem deveria, uma vez que não se trata de número temático –, o que nos chama a atenção é o diálogo entre algumas contribuições e questões políticas que estão na ordem do dia, tais como: o surgimento de uma (nova) direita no país, o estatuto jurídico da participação social, o direito à aposentadoria, a segurança pública e a qualidade do serviço da polícia militar, a genealogia do termo “ideologia de gênero” e os debates que giram em torno deste tema, bem como a possibilidade de construir redes agroalimentares alternativas etc.

Abrindo o presente número, e seguindo o compromisso de *Sociedade & Estado* de publicar traduções de autores e autoras consagrados/as, traz-se o artigo “Consciência icônica”, de Jeffrey Alexander, um texto originalmente publicado na *Environment & Planning D: Society and Space*, em 2008. Neste artigo, Alexander desenvolve a noção de consciência icônica, entendida como uma compreensão da materialidade enquanto portadora de conteúdo estético e moral. O autor argumenta que o estatuto material dos ícones – apreendidos pelo cheiro, olhar, tato etc. – proporciona uma experiência carregada de sentido e significado.

Em seguida, com base nas considerações sobre biopolítica de Foucault e Agamben, Mozart Linhares da Silva percorre o pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX para discutir a construção da população negra como população *sacer*. O autor problematiza o mito da democracia racial enquanto dispositivo biopolítico a partir do qual se nega o racismo e são mobilizadas estratégias de branqueamento da população via mestiçagem. É esse processo articulado pelo mito da democracia, da mestiçagem e pela política de embranquecimento que constitui a população negra como uma população *sacer*, incluída num processo aparentemente contraditório que a institui para fazê-la sumir, ou seja, uma população que ao entrar na ordem mestiça deveria desaparecer no futuro da nação.

No artigo “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”, Débora Messenberg dedica-se a desvelar a cosmovisão dos formadores de opinião (movimentos sociais, jornalistas e políticos) dos manifestantes de direita que foram às ruas ao longo do ano de 2015. Pautada por pesquisa realizada em Facebook, blogs, revistas e jornais eletrônicos, a autora propõe-se a apreender as ideias-força que ajudam na interpretação da política nacional por ocasião daquelas manifestações, e também no momento atual, em que se identifica o crescimento dos chamados discursos de direita, pautados por antipetismo, anticomunismo, conservadorismo moral e pelos princípios neoliberais.

Ainda no campo das análises políticas, o artigo de Debora Cristina Rezende de Almeida intenta analisar a política e o sistema nacional de participação social instituídos pelo Decreto 8.243/2014, aprovado às vésperas da destituição da presidente Dilma Rousseff. A autora oferece um panorama do estado da arte da literatura nacional e internacional acerca da participação e um diagnóstico empírico sobre a Política Nacional de Participação Social, ao tempo que tece reflexões sobre como a política em tela responde aos desafios da efetividade, tomada em quatro dimensões: participação e deliberação, implementação, representação e articulação.

No artigo “Atrizes da roça ou trabalhadoras rurais? O teatro e a fachada para obtenção da aposentadoria especial rural”, as autoras lançam mão de um aparato conceitual goffmaniano para analisar os julgamentos dos processos de aposentadoria rural apreciados nos Juizados Especiais Federais da Paraíba. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram analisadas entrevistas, audiências e sentenças proferidas nos Juizados Especiais, no intuito de capturar o processo de constituição das desigualdades de gênero nos discursos dos atores e atrizes participantes da interação social: magistrados/as, advogados/as, testemunhas e trabalhadores/as rurais. Consta-se neste estudo que o/a agricultor/a não é uma figura passiva nem vítima, senão alguém que se esforça por manter a coerência e convencer o/a magistrado/a acerca de seu exercício da atividade rural; já o magistrado opera a partir de algumas pre-concepções sobre quem é o/a trabalhador/a rural.

Reflexões sobre gênero são retomadas no artigo de Richard Miskolci e Maximiliano Campana. Em “‘Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”, os autores reconstituem a genealogia da denominada “ideologia de gênero” a fim de compreender a gramática política em que aquela se insere. Miskolci e Campana constatarem que as origens das ideias que sustentam a existência da “ideologia de gênero” podem ser encontradas no seio da Igreja Católica, ainda na década de 90 do século passado. Revisitando textos do então cardeal Joseph Ratzinger, de 1997, bem como textos de conferências da Igreja Católica dos anos

seguintes, percebe-se uma contraofensiva às perspectivas de gênero e a menções a direitos de pessoas homossexuais. Ao lado da Igreja Católica são identificados grupos pró-vida, neopentecostais e conservadores que formam uma espécie de empreendedores morais a identificar os direitos sexuais e reprodutivos como uma ameaça à sociedade e que, por isso, engendram um pânico moral.

O artigo seguinte debruça-se sobre os dados produzidos pela Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada entre 2010 e 2012 em todo o território brasileiro, que se propôs a avaliar a qualidade do trabalho das Polícias Militares no país. Considerando múltiplos fatores na avaliação do serviço da Polícia Militar pela população, os pesquisadores Luís Felipe Zilli e Vinícius Assis Couto concluem que a variável que apresenta maior peso na avaliação dos agentes policiais está associada mais ao modo de relacionamento das corporações com suas comunidades e com segmentos populacionais específicos do que propriamente com sua efetividade na redução dos índices de vitimização criminal. Em outras palavras, é o fato de o cidadão ter sido vítima ou não de violência ou extorsão dos próprios policiais que pesa mais nas avaliações, experiência esta frequentemente vivida pelas populações periféricas, pobres e negras do país.

No artigo “As faculdades de direito e o recrutamento de professores de ensino superior na Primeira República”, Rodrigo da Rosa Bordignon analisa as condições sociais e institucionais de ingresso na carreira de professores nas faculdades de direito do país após a instauração do regime republicano. Baseado em material empírico coligido na Faculdade de Direito de São Paulo, na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, o autor tenta apreender os efeitos da diversificação institucional, da valorização da carreira docente e da meritocracia escolar para a mencionada carreira, bem como chama a atenção para os padrões de manutenção da composição das elites intelectuais e políticas do país. O material empírico utilizado indica, no que tange às origens sociais dos professores das faculdades de direito, uma forte presença de filhos de ministros, de senadores, de conselheiros do Estado e de deputados na carreira profissional. Este é um dado que revela não somente a reprodução social da carreira professoral, mas também a solidariedade agregativa do ponto de vista profissional, cultural e político de um segmento da população brasileira na Primeira República.

No último artigo, “A dinâmica dos canais curtos de comercialização: o caso do projeto Campagna Amica na Itália”, Flavio Sacco dos Anjos e Nádia Velleda Caldas discutem um caso particular de redes agroalimentares alternativas, a Campagna Amica, levada a cabo em 2009 pela Confederação Nacional de Cultivadores Diretos (Coldiretti). Os autores reconstróem as motivações e objetivos da Campagna Amica – cadeia

100% italiana, consumo crítico, preservação ambiental, garantia da procedência dos alimentos etc. —, bem como as contradições e ambivalências deste projeto, especialmente a aproximação entre a Coldiretti e as grandes redes de hipermercados.

Fecha este número a resenha de Cristina Patriota de Moura do livro de Tom Dwyer e colaboradores/as, *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*, em que são assinaladas promissoras possibilidades de comparação entre o Brasil e a China.

Como assinalado acima, o presente número é um convite ao diálogo e a reflexão sobre temas caros e apaixonantes da vida pública e da política contemporânea.

Boa leitura.